

Parte I

1 - Antes e depois?

José Carlos Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, JC. Antes e depois? In: *O corpo na história* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. Antropologia e saúde collection, pp. 31-39. ISBN: 978-85-7541-555-9. Available from: doi: [10.7476/9788575415559](https://doi.org/10.7476/9788575415559). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/p9949/epub/rodrigues-9788575415559.epub>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Parte I

1

Antes e Depois?

Proponho uma viagem estacionária. Começaremos tateando, desde o mais geral, tentando destacar alguns fundamentos, alguns princípios de uma organização possível, princípios que nos permitam penetrar na cultura medieval e sair dela enriquecidos. Evidentemente não terei como fazer uma etnografia completa da Idade Média: não tenho tal capacidade, nem é este o objetivo. Apenas procurarei colocar em evidência algumas práticas e crenças, selecionadas voluntariamente em função de meus propósitos. Com base nelas, tentarei depreender padrões gerais a que recorrerei com frequência, em busca de inteligibilidade a respeito do que fluiu a partir desse tempo. Buscarei, embora precárias, algumas estruturas de pensamento que atribuíam significação aos agires e sentires dos seres humanos de então, e que continuam embutidas em nossos existires. Como “o passado não está apenas no passado”, para lembrar as palavras de Jacques Le Goff (1985:219), pretérito e presente formarão para nós uma espécie de globalidade única, em que o antes e o depois coexistirão de maneira tensa, antagônica e cúmplice.

Sob um vocábulo singular, estaremos abrigoando artificialmente numerosíssimos plurais. O longo medieval, que pôde ser datado “a partir do segundo ou terceiro século de nossa era” (Le Goff, 1980:11), nada tinha do sombrio silêncio que nele viram os humanistas do Renascimento, os iluministas do século XVIII ou os crentes nas religiões do progresso, dos séculos seguintes. Nada de estagnação, absolutamente: a Idade Média constituiu os séculos em que germinaram – ainda que paradoxalmente e em muitos casos para parasitá-la e corroê-la – coisas absolutamente fundamentais no que diz respeito à edificação da modernidade (Gimpbel, 1976): a nação, o Estado, a universidade, a máquina, o relógio, a contabilidade, a divisão do trabalho, a individualidade...

Não é este todavia o seu lado intrinsecamente mais rico. A Europa medieval foi uma efervescência de movimentos, migrações, batalhas, trocas, comércio – interpenetrações que se materializaram, ora na sucessão, ora na contemporaneidade, em misturas de elementos inteiramente díspares. Em primeiro lugar, os vários grupos que, desde tempos imemoriais, povoavam aquele território, gente precedente e às vezes resistente à expansão romana: os lusos, os bretões, os bascos, os

gauleses, os frísios, os batávios, os saxões, os aquitães... Em seguida, a conquista de parte significativa desses grupos nativos, itálicos, ibéricos, célticos, e sua romanização – quase nunca inteiramente consumada. Em terceiro lugar, a invasão desse universo, dessa conjunção romanizada, pelos chamados bárbaros – germânicos, eslavos, árabes... novas tribos que se vieram adicionar a uma paisagem cultural já sensivelmente heteróclita. Nos prenúncios dos tempos medievais, a Europa era, assim, um continente cujo conteúdo configurava uma extraordinária diversidade cultural: cada um desses povos tinha suas tradições, línguas, religiões, rituais, mitologias, culinárias, organizações sociais...

Ao mesmo tempo – quarto e duplo movimento – esse grande caleidoscópio de diferenças se expôs, nos séculos propriamente medievais, à pressão de duas forças que o pretendiam homogeneizar e unificar. A lei do antigo Direito Romano, essencialmente imperial, por um lado, tentando se impor muito lentamente, com o Estado. O catolicismo universalista, por outro, aspirando obsessivamente a converter, não obstante se defrontasse com toda sorte de resistência por parte das populações bárbaras ou pagãs, com as quais desde os primeiros tempos e ainda por muitos séculos foi obrigado a conviver, em muitíssimos casos fazendo concessões. Desses dois movimentos homogeneizadores, o catolicismo é, sem dúvida, o mais crucial para entrarmos no universo da Idade Média. O Estado, talvez, o mais significativo para dele sairmos.

Especialmente na Europa ocidental, a Igreja foi a única instituição realmente poderosa e universal, sobretudo depois da queda do Império Romano. Sobre as circunscrições administrativas do império, a Igreja decalcou as religiosas. Por exemplo, cada diocese católica correspondia em geral a uma *civitas* romana (Pirenne, 1964). Na Idade Média, fazer parte da Igreja era uma escolha voluntária apenas em teoria: muito ao contrário, e de maneira sempre mais e mais abrangente e incisiva, na prática a adesão religiosa talvez fosse a mais estritamente obrigatória das decisões de um ser humano medieval.

Isto valia não apenas para homens simples e comuns: mesmo reis e potentados tremiam diante da possibilidade ou da ameaça de serem afastados da Igreja. Esta era onipresente, quer como mosteiro, capela, catedral ou santuário. Reinava dos campos e das aldeias mais humildes às cidades mais importantes. Suas torres e campanários dominavam a paisagem longínqua e eram o que primeiro os viajantes enxergavam. Em uma Europa caracterizada por admirável variedade de dialetos, leis, culinárias, moedas, padrões de pesos e de medidas, o catolicismo representava o único idioma partilhado universalmente: o mesmo credo, mesmos rituais, mesmas missas, celebradas pelos mesmos gestos, que eram encadeados segundo a mesma ordem.

Ainda que se considere o papel desse catolicismo unificador, falar em Idade Média no singular é referir-se a uma imensa abstração. Do ponto de vista da cultura, significa fazer uso de uma generalização transbordante, que trata como coisa única um verdadeiro oceano de diferenças, de contrastes recíprocos e respec-

tivos. Estes contrastes recíprocos não se tornam semelhança senão pelo fato de, vistos de fora e de longe, serem genericamente considerados como ‘outros’, isto é, como ‘diferentes de nós’ – ou seja, como diferentes do nós posterior, do nós imbuído de catolicismo reformado, de capitalismo, de Estado, de individualismo... Deste modo, ao falar de Idade Média, no singular, estaremos trabalhando com um modelo extraordinariamente generalizador e, portanto, muito passível de aqui e ali ser desafiado e falseado por registros e informações empíricas que a ele não se ajustem. É bem normal que assim seja.

Contudo, nosso problema apenas começa aí, infelizmente. Não nos basta tomar precauções contra a tendência etnocêntrica de homogeneizar o outro, atribuindo-lhe, um excesso de semelhança, por meio de uma primeira generalização, ditada pelo nosso ponto de vista ideológico, determinado pelo Estado e pelo catolicismo. Realisticamente, nada, ou pouco, conseguiremos, do mesmo modo, se nos deixarmos afogar no mar das diferenças ‘bárbaras’ e ‘selvagens’, se nos permitirmos devorar pelo redemoinho insaciável das diferenças ilimitadas. Serei, por isso, obrigado, embora por razões distintas, a operar com uma espécie de segunda generalização. Por intermédio desta, tentarei atenuar o excesso de diferença, tornando-a manuseável e procurando dar-lhe uma forma mais ou menos organizada ou sistemática.



Respeitadas as limitações teóricas, empíricas e também políticas dessas grandes generalizações, pode-se dizer, simplificadamente, para organizar o pensamento, que coexistiam nos tempos medievais dois tipos de cultura, como Michelet, obedecendo ao belo estilo de sua pena, já havia registrado (apud Le Goff, 1980:29):

sentado à margem deste grande rio poético da Idade Média, divisando duas fontes diferentes pela cor de suas águas (...) duas poesias, duas literaturas: uma cavalheiresca, guerreira, amorosa; cedo esta se torna aristocrática. A outra, religiosa e popular (...).

Uma cultura, assim, ‘oficial’, aristocrática, que conhecemos razoavelmente bem. A cultura da corte, dos nobres, da Igreja – especialmente de seu alto clero, com sua liturgia e hierarquia. Era a cultura de língua ‘cult’, de quem sabia ler e escrever, de quem falava latim, que era uma espécie de idioma internacional dos intelectuais. Essa foi a cultura da arte considerada digna, preservável, que, por isso, chegou até nós. Cultura de quem tinha vocação cosmopolita e que voava nas asas expansionistas da romanização e da cristianização.

É muito importante registrar que aquilo que começou a se constituir aos poucos, a partir dos séculos finais da Idade Média, não foi apenas uma sociedade de corte aqui e outra ali. Foi uma aristocracia, uma elite, que abraçou toda a Europa ocidental, com seu centro em Paris, dependências em quase todas as demais aristocracias e com afloramentos em todos os outros círculos que arvoravam pertencer à boa sociedade. Tais pessoas, com o tempo, serão encontráveis

particularmente no estrato superior da burguesia, mas também, em certa medida, em suas camadas médias. Os membros dessa sociedade multiforme falavam a mesma língua em toda a Europa: inicialmente o latim e o italiano, depois, o francês. Liam os mesmos livros, tinham os mesmos gostos, as mesmas maneiras e – com diferenças de grau – o mesmo estilo de vida, submetendo-se a uma convenção muito rígida de conduta, a uma grande formalidade quanto à moderação dos afetos e a uma regulação cada vez mais rigorosa das maneiras e da gestualidade.

Não obstante suas divergências políticas, que não eram poucas, e em que pesassem as numerosíssimas guerras que travavam entre si, essas elites orientavam-se quase unanimemente e por períodos mais ou menos longos na direção de um centro, que era Paris. A partir de um determinado momento, a comunicação entre uma corte e outra, isto é, no interior da sociedade formada pelas classes aristocráticas, tendeu a ser mais intensa do que a que existia entre os membros de uma corte e os outros estratos de sua própria região, especialmente as camadas populares. Uma expressão dessa tendência discriminatória encontramos na língua comum que as aristocracias falavam, independentemente da região em que vivessem – língua que era inacessível à população em geral (Elias, 1993).

O uso da língua latina na Idade Média (Burke, 1993; Bloch, 1968), cuja importância é bem conhecida, apresenta-nos uma rápida e boa ilustração do que essa primeira modalidade de cultura medieval configurava. Em primeiro lugar, herdado do Império Romano, o latim constituía o idioma oficial da Igreja Católica – papel que veio desempenhando até os nossos dias inclusive, nos documentos papais, nos tribunais eclesiásticos, nos sínodos, nas encíclicas, nas missas...

Sabemos ser bastante comum, em diversas religiões, que se utilize uma linguagem sagrada como marcador ritual de separação relativamente a pessoas, coisas e assuntos profanos. Por certo este era um dos aspectos do latim litúrgico e clerical. Em 1562, o Concílio de Trento ainda condenava as traduções da Bíblia para os vernáculos e proclamava ser anátema a sustentação de idéia diferente. Entretanto, não se deve desprezar que este lado ritual da utilização do latim pouco se deveria coadunar com a vocação expansionista e conversora do catolicismo. A esta tendência convinha, obviamente, dirigir-se ao grosso da população, expressando-se por instrumentos de longo alcance, capazes de romper fronteiras lingüísticas e culturais. Adiante veremos como a Igreja superou esta aparente contradição.

O latim caracteriza bem, em nossa história, os meios sociais que se querem universais, embora simultaneamente aristocráticos e distintos. Ele permaneceu quase sempre onde quis permanecer o elitista. Ao mesmo tempo, seu abandono, freqüentemente polêmico, foi normalmente defendido em nome de alguma bandeira de ‘democratização’. Assim, paradoxalmente, foi em latim que Erasmo clamou pela divulgação da bíblia aos grandes públicos, advogando a tradução nos diversos vernáculos. Foi ainda nessa língua que geralmente

se expressaram os que escreveram até fins do século XVII. Galileu, Descartes, Bacon, Hobbes, Locke, Newton produziram em latim, salvo excepcionalmente. Montaigne o teve como sua primeira língua.

Nas universidades, durante quase toda a história, foi em latim que se falou e, sobretudo, que se registraram os conhecimentos. Ainda nos últimos anos do século XIX, autores como Bergson, em 1889, e Durkheim, em 1892, apresentaram em latim suas teses de doutoramento ou, pelo menos, algumas partes delas. É nesse idioma, já em pleno século XX, que se aprendem as classificações zoológicas e botânicas, que se formulam os remédios, que se estuda Direito, que se milita parcialmente na profissão jurídica e que se oficiam trechos de alguns ritos, como formaturas e homenagens universitárias. Passando do ‘alto’ ao ‘baixo’, também é essa a língua que freqüentemente se utiliza para fazer referência àquilo que causa constrangimento se mencionado em linguagem habitual: daí expressões como *membrum virile*, *coitus interruptus*, *vagina dentata* etc.

A cultura de elite extrapolava, como se vê, as particularidades locais e regionais. Transcendia tanto o espaço quanto o tempo. Alimentava-se de lendas e textos da Antigüidade clássica, bem como dos mitos cristãos relativamente recentes. Seus estabelecimentos fundamentais eram as cidades, os castelos, os conventos, os mosteiros e as catedrais. Especialmente – e de interesse particular para os nossos propósitos no presente trabalho – nessa cultura já se podiam encontrar os germens da ‘decência’, da ‘diligência’, da ‘gravidade’, da ‘modéstia’, da ‘ordem’, da ‘prudência’, da ‘razão’, do ‘autocontrole’, da ‘sobriedade’, da ‘frugalidade’... Ela constituiu o terreno, no qual já estavam lançadas as sementes daquilo que Max Weber mais tarde viria a celebrar na tradição das ciências sociais, servindo-se da expressão “ascetismo mundano”. Indispensável registrar: essa cultura, associada aos dominantes, só se tornou relevante por volta do século IX.



Até então prevalecia, quase sozinha, uma cultura cujas características gerais em grande parte se contrapunham, de modo quase antinômico, às que acabei de desenhar. Trata-se de uma cultura predominantemente pagã, cujos princípios discrepavam dos do cristianismo e cuja inspiração nada, ou muito pouco, tinha a ver com a cultura clássica. Esta outra era uma cultura ligada aos ritos e aos mitos pagãos, a uma visão de mundo ingênua, espontânea e sinceramente entregue a crenças e práticas mágicas. Era um universo em que se falavam os patoás, os dialetos locais, em que se empregavam falares que às vezes eram de aldeia, às vezes, regionais – raramente indo além dessa escala mais ou menos pontual. Trata-se de um universo que cultivava suas próprias mitologias ancestrais, seus ritos particulares e diversificados. Os costumes provêm das velhas tribos que precederam ou que invadiram o Império Romano. São práticas e crenças que carregam em si origens longínquas, que se devem a povos preexistentes ao cristianismo e ao Estado. E esta é uma característica de todo fundamental para o entendimento dos fatos que adiante analisaremos.

Tal cultura tem base na tradição oral, nas transmissões diretas de geração a geração. Edifica-se, sobretudo, na efervescência inflamada da convivência social e na dramatização da vida cotidiana. Sua localização: nas casas, nas ruas, nos mercados, nas tabernas, nas estalagens, nas praças, nas rinhas de galos, nas rodas de jogos, de música ou dança, nas igrejas paroquiais. Enfim, uma cultura materializada nos lugares e nos tempos em que a vida se dava, em que as coisas aconteciam. Mesmo quando presente nas cidades, essa cultura – a do homem cotidiano da Idade Média – era de coloração fundamentalmente camponesa: de caçadores e agricultores, de homens diretamente relacionados com o mundo dos animais, das plantas, dos ventos, das chuvas, das temperaturas, das estações, dos astros...

A esta cultura do homem cotidiano costuma-se dar o nome de popular. Não vejo grandes razões para implicar com tal designação, já de certo modo consagrada nos meios acadêmicos e fora destes. No entanto, talvez seja necessário observar que o termo carrega um quê de anacrônico, quando remetido ao contexto medieval. É que, rigorosamente, a idéia de povo não fará sentido pleno senão em períodos históricos bastante posteriores – por volta ou a partir do século XVIII –, quando a separação entre povo e elite ter-se-á configurado com bastante nitidez, e quando as fronteiras entre as várias culturas do povo e as culturas de elite (também variadas) terão começado a ser mais significativas do que as relações e interpenetrações que apresentavam.

É importante ressaltar que, no contexto medieval, isto que depois se chamou de ‘popular’ era em grande medida a cultura de todo mundo. Naquele tempo, a elite participava vigorosamente da cultura de todos e era de certo modo bicultural: o padre que falava latim, falava também o patoá de sua região (aspecto importante para a divulgação do catolicismo); o nobre que vivia em castelo conhecia igualmente as tradições populares e delas tomava parte; o senhor honrado em sua culminância era também personagem das festas folclóricas, conhecia as mitologias locais, das quais era muitas vezes um figurante central; o leitor culto lia, quase sempre em voz alta, para um público que continha pessoas mal alfabetizadas ou analfabetas, os mesmos textos e os mesmos livros que circulavam em todos os meios sociais (Chartier, 1995); até mesmo o doutor da universidade era “exatamente o contrário do homem de gabinete, do pesquisador solitário” (Verger, 1990:65).

Os membros da elite conheciam canções e histórias populares, cultuavam relíquias e imagens devotas, participavam das festas de santos, dos festivais sazonais, do natal, do carnaval, dos solstícios... Mascaravam-se e cometiam saliências carnavalescas, divertiam-se com palhaços, tanto nas cortes como nas tabernas. Regozijavam-se com as touradas, com os açulamentos de cães e ursos, com as rinhas de galos. Mais tarde, deliciaram-se, como cidadãos e camponeses, com os romances de cavalaria. Clientes, os curandeiros possuíam em todos os pavimentos da hierarquia social. Até mesmo o clero participava da cultura popular: frades jogavam bola, encenavam comédias, dançavam e tocavam instrumentos. Esses religiosos, normalmente filhos de artesãos ou campo-

neses, com mais freqüência ainda eram biculturais, transitando da universidade à praça e ao mercado. Registre-se que este traço foi uma arma importantíssima para a estratégia de conversão que a Igreja viria a empregar.

Em síntese, cultura de elite e cultura popular não se opunham totalmente nos tempos medievais, nos quais as contradições eram mais horizontais (por exemplo, entre corporações, cidades etc.) que verticais (como entre classes sociais dominantes e dominadas, ricos e pobres, mestres e aprendizes). Pelo menos estas culturas não se ojerizavam, antes do final do século XVI, no mesmo sentido em que vieram a se antipatizar a partir da Idade das Luzes até os nossos dias. Até então – e ainda por muito tempo, em particular nas camadas inferiores, mas não somente –, os mitos e, principalmente, os ritos cristãos se misturavam com os das tribos bárbaras. As línguas românicas se mesclavam cada vez mais com as invasoras. O lugar onde se vivia era partilhado por múltiplas culturas (perigosa e artificialmente reduzidas aqui a duas), que confluíam e se misturavam nos seres humanos. Convergiam nas pessoas, embora se contradissem nos princípios e na inspiração.

Até o século XVI, o que se encontra é imbricamento, amálgama, não oposição entre estas duas culturas. Durante séculos, os cenários públicos – igreja, taverna, praça do mercado – eram comunitariamente usados para todos os propósitos, laicos ou religiosos, festivos ou graves, ostentosos ou humildes, apesar das objeções repetidas (e isto, obviamente, por serem pouco respeitadas) do alto clero, católico e posteriormente protestante (Burke, 1989). Mistérios eram encenados abertamente. O adro das igrejas era usado para danças e banquetes. Nas vésperas das festas dos santos padroeiros, ricos e pobres, homens e mulheres, adultos e crianças, passavam as noites a comer e a beber, a cantar e a dançar, assumindo as mesmas atitudes íntimas com o sagrado e o mesmo estilo imoderado. Atitudes e estilo que nos pareceriam hoje totalmente exagerados e, em grande medida, incompreensíveis.



Esta cultura de todos existiu de modo pleno até por volta de 1500. Ao lado dela, desenvolvia-se pouco a pouco uma cultura para os instruídos – processo que se verificou por toda a Europa, em ritmos diversificados, embora aumentando o fosso sempre e inexoravelmente. Em 1800, na maior parte do continente, o clero, a nobreza, os profissionais liberais, os burgueses, já haviam quase completamente abandonado às classes subalternas aquela cultura que outrora pertencera a todos. Destas últimas, as elites se queriam, agora e doravante, dramaticamente separadas – distanciadas criticamente, afastadas por visões de mundo totalmente incompatíveis, como não havia acontecido anteriormente na história ocidental.

‘Povo’, nesses novos tempos, passou a significar outra coisa. Não mais ‘todos’, ou ‘gente’. Mas ‘simples’, ‘humilde’, ‘pobre’, ou mesmo ‘eles’. No terreno da religião, por exemplo, até 1500 a maioria dos pastores sempre fora da mesma origem cultural de seus rebanhos. Os reformadores introduziram modificações nesse panorama, para eles promíscuo, almejando de ora em diante um

clero ‘culto’: mais do que os católicos, os sacerdotes protestantes tenderam a ser universitários de formação; todavia, mesmo entre os primeiros, os seminários foram cada vez mais se multiplicando, especialmente depois do Concílio de Trento.

Assim, o pároco que dançava, que se mascarava, que fazia piadas no púlpito, foi substituído pelo sacerdote sério, educado e distante. Os nobres começaram a adotar maneiras mais ‘polidas’, estilos mais autoconscientes de comportamento. Passaram a cultivar o autocontrole, as posturas corporais estudadas e artificiais. Abandonaram o hábito de comer misturados a seus dependentes, retirando-se para salas de jantar separadas. Deixaram de lutar corpo-a-corpo com seus camponeses. Aprenderam a falar e a escrever ‘corretamente’, segundo regras formais e de acordo com gramáticas normativas. Procuraram, enfim, marcar diferenças por todos os meios. Como se não bastasse esse movimento socialmente localizado, as elites tenderam a ser imitadas pelos meios sociais adjacentes, isto é, por aqueles que pretendiam fingir-se de nobres – mesmo com todos os ridículos que normalmente acompanham essas situações.

A nova cultura aos poucos se retirou e começou a viver separadamente nos castelos, nas universidades, nas bibliotecas, nas escolas, nas catedrais. Não apenas se afastou: passou a segregar. Em grande medida passou a desprezar e detestar a antiga cultura tradicional que, no entanto, continuava existindo e sendo atuante para a maioria da sociedade. Essa antiga cultura, agora ‘folclórica’, transformou-se em objeto de rejeição e ao mesmo tempo de interesse fascinado e algo mórbido (etnografia, arqueologia, folclore etc) de intelectuais que, já a partir de fins do século XVIII, começaram a especular sobre o (in)desejável desaparecimento dessa cultura ‘menor’, ‘supersticiosa’, ‘ignorante’ etc. Dessa cultura irremediavelmente fadada a ser ‘superada’ pela educação, pelo esclarecimento, pelo progresso...

Desse fascínio ambíguo e algo necrófilo da cultura aristocrática pela popular, em grande parte derivou o pouco que sabemos desta última (registros, escritos, monumentos...). É importante sublinhar tal aspecto, pois o que a elite resolveu conhecer e registrar sempre brotou de seu próprio ponto de vista. Daí ter banido dos livros didáticos e do ensino oficial, como pouco importantes ou desprezíveis, os ambientes humanos onde a vida efetivamente se dava, sacrificando-os em nome de conhecimentos, tantas vezes frívolos, relativos à cultura dos dominantes: a da corte, a do Estado, a da Igreja, a das instituições. Um certo esforço intelectual ser-nos-á sempre necessário, por conseguinte, para tentar moderar esse viés etnocêntrico e para, na medida do possível, corrigir em nós a preguiça viciada desse olhar que expressa nossa posição social.

Estes pontos são de conseqüências inestimáveis para um estudo sobre mentalidades e sensibilidades medievais. Também o são para a compreensão associada de nossos modos contemporâneos de pensar, de agir e de sentir. É bastante importante registrar que muito de nossa sensibilidade hodierna deriva exatamente

desse afastamento em relação às práticas cotidianas das grandes massas da população. Nesses terrenos, começamos a ingressar no teatro de uma higiene parecida com a nossa. Subimos no palco de uma etiqueta que já é mais ou menos a que temos. Passeamos pela paisagem de uma indumentária que recorda a que portamos. Nesses territórios, passamos a integrar o cenário de uma concepção de cidade que já é similar à daquelas em que vivemos. Desabamos no abismo de um distanciamento do mundo que é semelhante àquele que cultivamos. Tudo isso deriva essencialmente dessa clivagem entre uma cultura ‘de elite’, respeitável, e uma cultura ‘baixa’, por ela cada vez mais desprezada e detestada.